



CÂMARA MUNICIPAL DE MORA

13

## PROGRAMA DE PROCEDIMENTO

PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL PARA AQUISIÇÃO DE BENS MÓVEIS:

**“FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA PARA O ANO 2021”**

### Cláusula 1.ª

#### Identificação do objeto do contrato e do procedimento

1. Concurso Público Internacional com a referência **CP 08-2020**, no âmbito do regime geral do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação, cujo objeto é aquisição de bens móveis com a designação de **“Fornecimento de Energia Elétrica para o ano 2021”**, conforme o Caderno de Encargos (CE) que acompanha o presente processo.
2. O presente procedimento rege-se pelo Código dos Contratos Públicos (doravante CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação.
3. O procedimento tem por objeto a adjudicação do fornecimento de energia elétrica em Iluminação Pública, em Baixa Tensão Normal (BTN), em Baixa Tensão Especial (BTE) e em Média Tensão (MT) para o ano de 2020 ou até ao limite de **818.000,00 € (s/ IVA)**, de acordo com as especificações técnicas do presente CE.
4. Para efeitos de aplicação do critério de adjudicação, os valores dos consumos são estimados para cada lote, com base numa estimativa do consumo de eletricidade para um ano, ver os **Anexos 9, 10, 11, 12 e 13**:
5. Para além dos custos referidos na cláusula anterior e executando o valor do IVA, todos os outros custos que o Comercializador possa cobrar, devem ser indicados nos mapas (**Anexos 4, 5, 6, 7 e 8**) e considerados como parcela para obtenção do preço final.
7. Os bens a adquirir têm o seguinte código de CPV: 09310000-5 – Eletricidade.

### Cláusula 2.ª

Entidade adjudicante / órgão responsável / esclarecimentos / cópias / consultas

#### **Programa do Procedimento**

**“Fornecimento de Energia Elétrica para o ano 2021”**

15



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORA

1. A entidade adjudicante é o Município de Mora, pessoa coletiva n.º 501129103, com sede na rua do Município, 41, 7490-243 Mora. Todos os esclarecimentos deverão ser pedidos em formato digital e inseridos na plataforma eletrónica da "Vortal", ver site da internet "[pt.vortal.com](http://pt.vortal.com)", no âmbito do disposto no CCP.
2. O órgão responsável decisão de contratar: **Câmara Municipal de Mora.**
3. A Câmara Municipal de Mora, por deliberação da Reunião de Câmara, em **5 de agosto de 2020**, decidiu contratar o "**Fornecimento de Energia Elétrica para o ano de 2021**", pelo que se convidam os interessados a apresentar proposta, nos seguintes termos e de acordo com as especificações técnicas do CE que junto se anexa.
4. Os esclarecimentos de que, porventura, os Concorrentes careçam, relativamente à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento, podem ser solicitados por escrito, ao Júri, durante o primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, para o endereço indicado no ponto II.1. O Júri responderá, por escrito, até ao fim do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas (excepto se o prazo fixado para a apresentação de propostas for inferior a 9 dias, Artigo 116.º do CCP).
5. Nos pedidos de esclarecimentos os Concorrentes deverão identificar-se e indicar o endereço e números de telefone, fax e o respetivo endereço eletrónico, cumprindo integralmente o disposto no Artigo 102.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro.

### **Cláusula 3.ª**

#### Preço Base

1. O preço base (total), nos termos da alínea a) do número 1 do Artigo 47.º do CCP, para efeito do concurso é de **818.000,00€** (oitocentos e dezoito mil Euros), excluindo o imposto sobre o valor acrescentado.

2. O preço base para cada lote é o seguinte:

**Lote 1** – Fornecimento de energia em MT: 190.000,00€ (cento e noventa mil Euros);

**Lote 2** – Fornecimento de energia em BTE: 280.000,00€ (duzentos e oitenta mil Euros);

#### **Programa do Procedimento**

"Fornecimento de Energia Elétrica para o ano 2021"



CÂMARA MUNICIPAL DE MORA

15

**Lote 3** – Fornecimento de energia em **BTN (> 20,7 kVA)**: 23.000,00€ (vinte e três mil Euros);

**Lote 4** – Fornecimento de energia em **BTN ( $\leq$  20,7 kVA)**: 105.000,00€ (cento e cinco mil Euros);

**Lote 5** – Fornecimento de energia em **IP**: 220.000,00€ (duzentos e vinte mil Euros).

3. Nos termos dos Artigos 47.º e 473.º do CCP, entende-se por preço base o valor máximo que o **Município de Mora** se dispõe a pagar, incluindo todos os impostos e despesas, excluindo o imposto sobre o valor acrescentado (IVA).

#### **Cláusula 4.ª**

##### Local do Fornecimento

1. O fornecimento de eletricidade será prestado nas instalações do Município de Mora. As moradas dos locais de consumo e o respetivo Código do Ponto de Entrega (CPE) são as indicadas, nos **Anexos 9, 10, 11, 12 e 13**.

#### **Cláusula 5.ª**

##### Concorrentes

1. Podem apresentar propostas todas as entidades que não se encontrem em nenhuma das situações referidas no Artigo 55.º do CCP.

#### **Cláusula 6.ª**

##### Modalidade jurídica do agrupamento Adjudicatário

1. No caso de a adjudicação da empreitada ser feita a um agrupamento de empresas, as mesmas associar-se-ão, obrigatoriamente, antes da celebração do contrato, na modalidade de agrupamento complementar de empresa, agrupamento europeu de interesse económico ou consórcio externo, nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de julho.

15



CÂMARA MUNICIPAL DE MORA

2. A constituição jurídica dos agrupamentos não é exigida na apresentação da proposta, mas as empresas agrupadas serão solidariamente responsáveis, perante o Dono da Obra, pelo pontual cumprimento de todas as obrigações emergentes da proposta.

#### **Cláusula 7.ª**

##### Modo de apresentação das propostas

1. Os documentos que constituem a proposta ou a candidatura serão apresentados em formato digital e inseridos na plataforma eletrónica da "Vortal", ver site da internet " [pt.vortal.com](http://pt.vortal.com) ", no âmbito do disposto no CCP.

#### **Cláusula 8.ª**

##### Idioma dos documentos que constituem a proposta

1. Os documentos que constituem a proposta ou a candidatura são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.

#### **Cláusula 9.ª**

##### Local, prazo e forma de entrega da proposta

1. As propostas deverão ser entregues em formato digital e inseridos na plataforma eletrónica da "Vortal", ver site da internet " [pt.vortal.com](http://pt.vortal.com) ", no âmbito do disposto no Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação. A data limite para a entrega de propostas são às **17:00 horas do 30.º dia** a contar da data de envio, para publicação, dos anúncios previstos no número 1 dos Artigos 130.º e 131.º do CCP.

#### **Cláusula 10.ª**

##### Elementos que a proposta deve conter

##### **Programa do Procedimento**

"Fornecimento de Energia Elétrica para o ano 2021"



CÂMARA MUNICIPAL DE MORA

1. A proposta é a declaração pela qual o Concorrente manifesta à entidade adjudicante a sua vontade de contratar e o modo pelo qual se dispõe a fazê-lo.
2. O Concorrente deverá apresentar os seguintes documentos:
  - a) Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), aprovado pelo Regulamento de Execução (EU) 2016/7 da Comissão, de 5 de janeiro de 2016, elaborada em conformidade com o modelo e instruções constantes do **Anexo 1** ao presente Programa de Concurso;
  - b) Proposta de preço elaborada em conformidade com o modelo constante no **Anexo 2** do presente documento, acompanhada dos modelos dos **Anexos 4, 5, 6, 7 e 8** (conforme a proposta dos lotes).
3. Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em português.
4. Se aplicável, Documento que indique o poder de representação do assinante da declaração e da proposta de preço referidas nas alíneas a) e b) do número 2 da cláusula 10.<sup>a</sup>.
5. Se aplicável, certidão do registo comercial, com todas as inscrições em vigor, ou disponibilização do código de acesso para a sua consulta online.
6. Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, a declaração e a proposta de preço referidas nas alíneas a) e b) do número 2 da cláusula 10.<sup>a</sup> devem ser assinadas pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à declaração os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, devem ser assinada por todos os seus membros ou respetivos representantes.
7. Na proposta apresentar, para além dos custos referidos na alínea b) do número 2 da cláusula 10.<sup>a</sup> e executando o valor do IVA, todos os outros custos que o Comercializador possa cobrar, devem ser considerados na proposta a apresentar.
8. Os preços constantes da proposta não são revistos durante a vigência do contrato, podendo ser revistas as tarifas fixadas pela ERSE a vigorar em cada ano civil ou as taxas legalmente devidas.
9. Na proposta o Concorrente pode especificar aspetos que considere relevantes para apreciação da mesma.



14



CÂMARA MUNICIPAL DE MORA

10. O preço, que não deve incluir o imposto sobre o valor acrescentado, é indicado em algarismos e por extenso, prevalecendo, em caso de divergência, o expresso por extenso.

11. Os concorrentes poderão apresentar proposta para qualquer um dos lotes, para vários ou para a totalidade e devem sempre indicar o preço para cada lote e o preço total do fornecimento a que se propõem.

12 – Os documentos referidos no número 2 devem ser assinados, recurso a certificado qualificado de assinatura eletrónica, pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar, nos termos do artigo 4.º do CCP.

13 – Nos casos em que o certificado qualificado de assinatura eletrónica não relacione o assinante com a sua função e poder de assinatura como sucede, por exemplo, com o Cartão de Cidadão, deverá ser apresentado um documento oficial indicando o poder de representação do signatário, que poderá ser a certidão do registo comercial ou uma procuração que confira poderes necessários para os atos praticados ou a praticar.

#### **Cláusula 11.ª**

##### Propostas variantes

1. Não serão aceites propostas variantes nos termos do número 7 do Artigo 59.º do CCP.

#### **Cláusula 12.ª**

##### Prazo da obrigação de manutenção das propostas

1. Os Concorrentes são obrigados a manter as respectivas propostas pelo prazo de **66 dias** contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

#### **Cláusula 13.ª**

##### Critério de adjudicação das propostas

1. O critério de adjudicação será o do **mais baixo preço**.

#### **Programa do Procedimento**

“Fornecimento de Energia Elétrica para o ano 2021”



CÂMARA MUNICIPAL DE MORA

15

2. Para efeito de aplicação do critério de adjudicação, a determinação do valor total da proposta por lote é obtida com base nos preços indicados nos **Anexos 4, 5, 6, 7 e 8** do presente procedimento.

#### **Cláusula 14.ª**

##### Relatório preliminar

1. Após a análise das propostas e a aplicação do critério de adjudicação, o Júri elabora fundamentadamente um relatório preliminar, no qual deve propor a ordenação das mesmas.
2. No relatório preliminar a que se refere a cláusula anterior, o Júri deve também propor, fundamentadamente, a exclusão das propostas por qualquer dos motivos previstos nos números 2 e 3 do Artigo 146.º do CCP, aplicáveis com as necessárias adaptações, bem como das que sejam apresentadas em violação do disposto na parte final do n.º 1 do Artigo 121.º do CCP.
3. Do relatório preliminar deve ainda constar referência aos esclarecimentos prestados pelos Concorrentes nos termos do disposto no Artigo 72.º do CCP.

#### **Cláusula 15.ª**

##### Audiência prévia

1. Elaborado o relatório preliminar, o Júri envia-o a todos os Concorrentes, fixando-se o prazo de **5 (cinco) dias**, para se pronunciarem, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.

#### **Cláusula 16.ª**

##### Relatório final

1. O Júri elabora um relatório final fundamentado, no qual pondera as observações dos Concorrentes efetuadas ao abrigo do direito de audiência prévia, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do

15



CÂMARA MUNICIPAL DE MORA

relatório preliminar, podendo ainda propor a exclusão de qualquer proposta se verificar, nesta fase, a ocorrência de qualquer dos motivos previstos no n.º 2 do Artigo 146.º do CCP.

2. No caso previsto na parte final da cláusula anterior, bem como quando do relatório final resulte uma alteração da ordenação das propostas constante do relatório preliminar, o Júri procede a nova audiência prévia, nos termos previstos no Artigo anterior, sendo subsequentemente aplicável o disposto na cláusula anterior.

3. O relatório final, juntamente com os demais documentos que compõem o processo de concurso, é enviado ao órgão competente para a decisão de contratar.

4. Cabe ao órgão competente para a decisão de contratar decidir sobre a aprovação de todas as propostas contidas no relatório final, nomeadamente para efeitos de adjudicação ou para efeitos de selecção das propostas ou dos Concorrentes para a fase de negociação quando, nos termos do disposto na secção VI do CCP, seja adoptada essa fase.

#### **Cláusula 17.ª**

##### Adjudicação

1. A adjudicação pode ser efetuada na globalidade apenas a um Concorrente, ou no interesse do Município de Mora poderá ser feita parcialmente a vários concorrentes, por lotes.

2. Não há lugar adjudicação quando:

- a) Nenhum Concorrente haja apresentado proposta;
- b) Todas as propostas tenham sido excluídas;
- c) Por circunstâncias imprevistas, seja necessário alterar aspetos fundamentais das peças do procedimento após o termo do prazo fixado para apresentação das propostas;
- d) Circunstâncias supervenientes ao termo do prazo fixado para apresentação das propostas, relativas aos pressupostos da decisão de contratar, o justifiquem.





CÂMARA MUNICIPAL DE MORA

US

3. A decisão de não adjudicação, bem como os respetivos fundamentos, deve ser notificada a todos os Concorrentes.

#### **Cláusula 18.<sup>a</sup>**

##### Documentos de habilitação a entregar pelo Concorrente em caso de adjudicação

1. Os Concorrentes devem apresentar os seguintes documentos, nos termos do Artigo 81.º do CCP:

- a) Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo II ao CCP, assinada pelo Concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar;
- b) Certidão permanente;
- c) Fotocópia do Cartão de Identificação de Pessoa Coletiva;
- d) Declaração a mencionar o(s) outorgante(s) do contrato (nome, estado civil, freguesia e concelho da naturalidade e endereço completo do domicílio) e, respetiva documentação de identificação da(s) pessoa(s) (cartão do cidadão, ou bilhete de identidade, e contribuinte);
- e) Registo criminal da entidade e do titular, no caso de pessoas singulares, ou, no caso de pessoas coletivas, dos titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência da entidade conforme previsto no nº 1, alíneas b) e h) do artigo 55.º do CCP;
- f) Declaração emitida pela Repartição de Finanças, prevista no Artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 236/95, de 13 de setembro, comprovativa da regularização da situação tributária perante o Estado Português ou onde se situe o seu estabelecimento principal;
- g) Declaração comprovativa da regularização da situação contributiva para com a Segurança Social Portuguesa, emitida pelo Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social ou onde se situe o seu estabelecimento principal;
- h) Declaração a indicar o gestor de cliente (nome e contato), assim como o número de serviços e avarias para que o Município de Mora possa contatar sempre que necessite;
- i) Caução de acordo com o estipulado na Cláusula 19.ª do presente documento;
- j) Declaração do Registo Central do Beneficiário Efetivo (Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto).

2. O prazo para o Adjudicatário apresentar os documentos solicitados no número anterior será de **15 (quinze) dias** após a notificação da adjudicação, sendo aplicável o disposto no Artigo 86.º do CCP.

15



CÂMARA MUNICIPAL DE MORA

3. A não apresentação dos documentos de habilitação, nos termos e para os efeitos previstos no nº 1 do artigo 86º do CCP, determina, por força do referido normativo, a caducidade da adjudicação, sem prejuízo do disposto nos números 2 a 4 daquele preceito legal.

4. Caso o Adjudicatário não apresente os documentos de habilitação no prazo fixado para o efeito, o Município de Mora, nos termos do número 3 do Artigo 461.º do CCP, procede à comunicação da caducidade da adjudicação ao Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I. P. (IMPIC).

#### **Cláusula 19.ª**

##### Contratos, prestação de caução ou garantia

1. Será celebrado contrato escrito nos termos do Artigo 95.º do CCP. A formação e a formalização do texto do mesmo obedecerão ao procedimento descrito nos Artigos 94.º a 106.º do CCP. As custas inerentes ao mesmo, são da responsabilidade do Adjudicatário.

2. A minuta do contrato a celebrar e os ajustamentos propostos consideram-se aceites pelo Adjudicatário quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos 5 (cinco) dias subsequentes à respectiva notificação.

3. Caso o Adjudicatário recorra a subempreiteiros, deve depositar junto do dono da obra, previamente à celebração do contrato ou ao início dos trabalhos, consoante se trate ou não de autorizações necessárias para a apresentação do concurso, as cópias dos contratos de subempreitadas que efectue.

4. **Será exigida**, nos termos do número 1 do Artigo 88.º do CCP, **a prestação de caução ou garantia** dado o preço contratual ser superior a 200.000,00€. O documento deverá ser elaborado de acordo com o modelo constante no **Anexo 3**.

5. O valor da caução, nos termos do Artigo 89.º do CCP, será de **5% do preço contratual**.

#### **Cláusula 20.ª**

##### Órgão de recurso administrativo

#### **Programa do Procedimento**

"Fornecimento de Energia Elétrica para o ano 2021"



CÂMARA MUNICIPAL DE MORA

1. A interposição de recurso decorre nos **5 (cinco) dias** de calendário subsequentes à comunicação, sendo o recurso dirigido ao **Presidente da Câmara Municipal de Mora**, para o endereço Rua do Município, 41, 7490-243 Mora.

Em tudo o omissso deve-se observar o disposto no Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação.

Mora, julho de 2020

O Presidente da Câmara Municipal de Mora,  
(Luís Simão Duarte de Matos)

15



CÂMARA MUNICIPAL DE MORA

## **ANEXO 1**

### **DOCUMENTO EUROPEU ÚNICO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA**

O Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP) deverá ser preenchido eletronicamente em <http://www.base.gov.pt/deucp/filter?lang=pt>, importando e utilizando os ficheiros em anexo ao presente programa de procedimento.



13

## ANEXO 2

### MODELO DA PROPOSTA

... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento com a designação de **“Fornecimento de Energia Elétrica para o ano 2021”** com a referência de **“CP 08-2020”**, a que se refere o anúncio datado de ...(data), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos de acordo com o seguinte preço composto pelas seguintes parcelas:

#### Lote 1 – Instalações em Média Tensão (MT)

	Descrição	Preço proposto
<b>Energia Ativa</b>  <b>(€/kWh)</b>	Períodos I e IV	
	Ponta	A preencher
	Cheias	A preencher
	Vazio Normal	A preencher
	Super Vazio	A preencher
	Períodos II e III	
	Ponta	A preencher
	Cheias	A preencher
	Vazio Normal	A preencher



15



CÂMARA MUNICIPAL DE MORA

	Super Vazio	A preencher
--	-------------	-------------

NOTA: Os preços apresentados incluem apenas as componentes de energia ativa.

**Lote 2 – Instalações em Baixa Tensão Especial (BTE)**

	Descrição	Preço proposto
Energia Ativa (€/kWh)	Períodos I e IV	
	Ponta	A preencher
	Cheias	A preencher
	Vazio Normal	A preencher
	Super Vazio	A preencher
	Períodos II e III	
	Ponta	A preencher
	Cheias	A preencher
	Vazio Normal	A preencher
	Super Vazio	A preencher

NOTA: Os preços apresentados incluem apenas as componentes de energia ativa.

**Lote 3 – Instalações em Baixa Tensão Normal (BTN > 20,7 kVA)**

	Descrição	Preço proposto
Energia Ativa (€/kWh)	Ponta	A preencher
	Cheias	A preencher



13

	Vazio	A preencher
--	-------	-------------

NOTA: Os preços apresentados incluem apenas as componentes de energia ativa.

**Lote 4 – Instalações em Baixa Tensão Normal (BTN ≤ 20,7 kVA)**

	Ciclo de Tarifário	Descrição	Preço proposto
<b>Energia Ativa</b> <b>(€/kWh)</b>	Simples	Simples	A preencher
	Bi-horária	Fora de Vazio	A preencher
		Vazio	A preencher
	Tri-horária	Ponta	A preencher
		Cheias	A preencher
		Vazio	A preencher

NOTA: Os preços apresentados incluem apenas as componentes de energia ativa.

**Lote 5 – Instalações em Baixa Tensão Normal (Iluminação Pública)**

IP ≤ 20,7kVA	Ciclo de Tarifário	Descrição	Preço proposto
<b>Energia Ativa</b> <b>(€/kWh)</b>	Simples	Simples	A preencher
	Bi-horária	Fora de Vazio	A preencher
		Vazio	A preencher
	Tri-horária	Ponta	A preencher
		Cheias	A preencher

15



CÂMARA MUNICIPAL DE MORA

		Vazio	A preencher
--	--	-------	-------------

IP > 20,7kVA	Descrição	Preço proposto
Energia Ativa (€/kWh)	Ponta	A preencher
	Cheias	A preencher
	Vazio	A preencher

NOTA: Os preços apresentados incluem apenas as componentes de energia ativa.

O preço contratual estimado para o Lote 1, de acordo com o Caderno de Encargos, é de € ... (*por extenso*), a que acresce IVA à taxa legal em vigor.

O preço contratual estimado para o Lote 2, de acordo com o Caderno de Encargos, é de € ... (*por extenso*), a que acresce IVA à taxa legal em vigor.

O preço contratual estimado para o Lote 3, de acordo com o Caderno de Encargos, é de € ... (*por extenso*), a que acresce IVA à taxa legal em vigor.

O preço contratual estimado para o Lote 4, de acordo com o Caderno de Encargos, é de € ... (*por extenso*), a que acresce IVA à taxa legal em vigor.

O preço contratual estimado para o Lote 5, de acordo com o Caderno de Encargos, é de € ... (*por extenso*), a que acresce IVA à taxa legal em vigor.

NOTAS:

Os concorrentes deverão preencher as informações correspondentes ao(s) Lote(s) a que pretendam apresentar proposta.



CÂMARA MUNICIPAL DE MORA

13

*Nenhuma das tarifas apresentadas pode ser superior às tarifas (transitórias) do mercado regulado, à data da apresentação da respetiva proposta pelo concorrente.*

*O preço por lote não pode exceder o preço base estabelecido por lote previsto no caderno de encargos.*

*O preço não pode exceder o preço base previsto no caderno de encargos.*

Esta proposta é válida por 66 (sessenta e seis) dias a contar da data limite para a sua entrega.

Mais declara que se submete, em tudo o que respeita à execução do seu contrato, ao que se achar prescrito na Legislação Portuguesa em vigor.

À quantia supramencionada acrescentará o imposto sobre o valor acrescentado à taxa legal em vigor.

Mais declara que renuncia a foro especial e se submete em tudo o que respeitar à execução do seu contrato ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor.

Data

Assinatura

(a proposta deve possuir assinatura(s) reconhecida(s) de quem tenha poderes para obrigar a entidade)



CÂMARA MUNICIPAL DE MORA

### ANEXO 3

#### MODELO DA GARANTIA BANCÁRIA/SEGURO CAUÇÃO

Em nome e a pedido de ...(Adjudicatário), vem o(a) ...(instituição garante), pelo presente documento, prestar, a favor do Município de Mora, uma garantia bancária / seguro-caução (eliminar o que não interessar), até ao montante de ...(por algarismos e por extenso), destinada(o) a caucionar o integral cumprimento das obrigações assumidas pelo(s) garantido(s) no âmbito do ...(identificação do procedimento), nos termos dos n.ºs 6 e 8/7 e 8 (eliminar o que não interessar) do Artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos.

A presente garantia corresponde a 5% do preço contratual e funciona como se estivesse constituída em moeda corrente, responsabilizando-se o garante, sem quaisquer reservas, por fazer a entrega de toda e qualquer importância, até ao limite da garantia, logo que interpelado por simples notificação escrita por parte da entidade beneficiária.

Fica bem assente que o banco/companhia de seguros (eliminar o que não interessar) garante, no caso de vir a ser chamado(a) a honrar a presente garantia, não poderá tomar em consideração quaisquer objeções do(s) garantido(s), sendo-lhe igualmente vedado opor à entidade beneficiária quaisquer reservas ou meios de defesa de que o garantido se possa valer face ao garante.

A presente garantia permanece válida até que seja expressamente autorizada a sua libertação pela entidade beneficiária, não podendo ser anulada ou alterada sem esse mesmo consentimento e independentemente da liquidação de quaisquer prémios que sejam devidos.

Data

Assinatura

(data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais))